



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**ADRIEL FONTENELE BATISTA**

**A Natureza em Tempos de Guerra: a Companhia de Jesus e o Novo Mundo no século XVI**

Natal/RN

2009

ADRIEL FONTENELE BATISTA

**A Natureza em Tempos de Guerra: a Companhia de Jesus e o Novo Mundo no século XVI**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2009.1 como requisito para graduação de Licenciatura e Bacharelado em História.

Orientadora:

Professora Maria Emilia Monteiro Porto

Natal/RN  
2009

A todos os que de alguma forma  
contribuíram para a minha trajetória no  
curso e com a realização desta pesquisa.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus pela vida e por tudo que acontece nela.

À minha mãe, por acreditar sempre, por sua contribuição moral e intelectual na minha vida e por seu amor que não há igual nesse mundo.

À professora Maria Emilia Monteiro Porto, por sua amizade, por sua orientação nesse trabalho e ao longo do curso.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1 A IDÉIA DE NATUREZA NO SÉCULO XVI, A HISTORIOGRAFIA E O OLHAR DA COMPANHIA DE JESUS.....</b>	<b>11</b>
<b>2 OLHARES PARA O INTERIOR, O MODERNO E PRIMITIVO NO SERTÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>37</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse pela idéia de natureza surgiu a partir do ano de 2007 quando tive a oportunidade de trabalhar com esse tema no grupo de estudos coordenado pela professora Maria Emilia Monteiro Porto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ali já se desenvolviam projetos relacionados ao tema da natureza como objeto de história, o que me permitiu um mergulho no universo temático da idéia de natureza em âmbito acadêmico. Contudo, para além de simples escolha num sem fim de possibilidades, este tema se inscreve dentro de uma perspectiva atual e legítima, uma vez que as discussões na sociedade e dentro da comunidade intelectual, sobretudo a partir da década de 1970, parecem sugerir o “pensar a natureza historicamente”. Dentro dessa lógica nasceu o socioambientalismo que se afirmou na década de 1990 como plataforma de ação política e social articulada à esfera econômica para encabeçar as novas relações entre as instituições do Estado e a sociedade no tratar a natureza. As discussões desenvolvidas a partir desse período passaram a rever as idéias que o homem faz da natureza e a relação que ele vem estabelecendo com o meio onde vive. Embora a questão econômica seja o ponto central dessas discussões, as estratégias passaram a ser pensadas num plano de responsabilidades do homem em sua relação com natureza e a necessidade de modificações nessas relações atenta para questões culturais, construídas historicamente.

Na comunidade intelectual, o crescente interesse pelas questões referentes às relações entre homem e natureza, demonstra a importância desse tema na contemporaneidade. David Arnold em *La Naturaleza como Problema histórico* nos mostra de que modo os historiadores tem idealizado, construído e se utilizado de idéias sobre a natureza na produção historiográfica. A questão central discutida pelo autor se refere ao posicionamento dessa historiografia em face de uma ambigüidade conceitual: de um lado, a concepção de uma natureza que se inscreve na história como a história dos organismos no planeta e por outro, a história das transformações no meio físico em sua estreita relação com o homem. Nessa última perspectiva, o clima, a topografia, vegetação, os animais, as pragas e as epidemias são percebidos como modeladores da história da humanidade. Em todo caso, o paradigma ambientalista forjado de uma invocação das ciências naturais como conhecimento autorizado sobre a natureza, legítima e influencia as “verdades” sobre essas naturezas na história. Esse posicionamento parece desconfortante à grande parte da historiografia contemporânea que, em uma tendência cada vez mais

usual, reivindica autonomia sobre a natureza como campo de investigação capaz de ultrapassar a perspectiva autorizada das ciências naturais.

Seja como objeto de estudo ou como influência para a historiografia, David Arnold considera que a natureza parece ainda não ter encontrado seu espaço na história. Nesse sentido, na busca desse espaço, a postura mais comum tem sido a de separar uma materialidade e uma imaterialidade da natureza. Assim, essa historiografia percebe uma natureza como cenário ativo do processo histórico da humanidade, considerando a força motivadora do clima, topografia, vegetação e mesmo das doenças e epidemias no processo histórico das civilizações. Na segunda perspectiva, a natureza é entendida como percepção de mundo dos povos do passado. O que os leva, por exemplo, a privilegiarem determinada paisagem em detrimento de outra. Ainda segundo o autor - e comungamos desse entendimento - essas duas idéias de natureza são tão entrelaçadas na história da humanidade que tratá-las separadamente se apresenta mais como erro do que solução: “Es difícil separar una de outra. La naturaleza y la cultura se hallan tan entremezcladas que seria tonto e historicamente erroneo tratar de separá-las.”<sup>1</sup>

Além de legitimar essa pesquisa do ponto de sua relevância para a comunidade intelectual na atualidade, as idéias de David Arnold nos auxiliam quanto à postura historiográfica a ser tomada frente à idéia de natureza como problema em História. Não obstante, essa pesquisa busca alinhar-se com o Programa de Pós Graduação em História (PPGH) do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que se concentra na relação entre história e espaços, reafirmando a relevância dessa pesquisa para a comunidade acadêmica e também para essa instituição. Assim sendo, a partir de 2007 iniciou-se a coleta de informações, fundamentação teórica e a seleção das fontes que pudessem viabilizar essa pesquisa monográfica.

No ano de 2008, através da Revista Eletrônica Pergaminho, projeto desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, tive contato com o *Sumário das Armadas*, documento de grande valor histórico, escrito no século XVI por padres jesuítas e que relata as guerras empreendidas entre 1574 e 1587 por colonos portugueses e espanhóis contra os índios *pitiguares* na conquista do Rio Paraíba que se inicia nos tempos de D. Sebastião e termina durante o reinado de Filipe II,

---

<sup>1</sup> ARNOLD, David: *La Natureza como Problema Histórico, el medio, La cultura y La expansion de Europa*; México D.F, Fondo de Cultura Cultura Económica 2000. p 10.

rei de Espanha e Portugal<sup>2</sup>. Este documento foi produzido a mando de Cristovão de Gouveia, então Visitador Geral do Brasil e encarregado, entre outras coisas, de implantar modificações na Constituição da Companhia no Brasil a partir dos problemas políticos e econômicos que a Companhia de Jesus enfrentava na segunda metade do século XVI. Assim, entendemos que o propósito ou o sentido de produção desse documento se encerra em questões, *a priori* da Companhia de Jesus em sua relação com a política de conquista efetiva da colônia brasileira, essa intensificada nos tempos de Filipe II.

O *Sumário das Armadas* foi escrito entre 1587 e 1589 pelo Padre da Companhia de Jesus, Simão de Travassos. Muitos foram os problemas da historiografia brasileira em definir a autoria desse documento: Varnhagen atribuiu a autoria ao Padre Jerônimo Machado, Capistrano de Abreu colocou a dúvida da autoria entre o Padre Jerônimo Machado e Simão Travassos. Contudo, o Padre Serafim Leite, ao debruçar-se em investigação sobre essa questão, conferiu a autoria do *Sumário das armadas* a Simão Travassos. Os argumentos do Padre Serafim Leite quanto à autoria do documento são consistentes, os reconhecemos no documento e parecem resolver a questão<sup>3</sup>. Simão de Travassos nasceu por volta de 1543 em Ferreiros, arquidiocese de Braga. Entrou na Companhia em 1562 e se ordenou Sacerdote em 1574 no Colégio de S. Antão de Lisboa. No Brasil, foi mestre de Noviços na Bahia e trabalhou no Colégio de Olinda, em Pernambuco. Ainda em Olinda, foi confessor e visitador da cadeia e do hospital, onde faleceu a 4 de outubro de 1618.

Enquanto fonte, o *Sumário das Armadas* vem ao encontro das necessidades dessa pesquisa na medida em que representa um olhar concentrado sobre a natureza Novo Mundo em um momento de efetiva experiência com essa natureza no cenário de mudanças estruturais e culturais na primavera da Idade Moderna, momento no qual a idéia de natureza, segundo a entendemos, foi mais fortemente reordenada no pensamento ocidental. Primeiramente através da experiência de enfrentamento dessa natureza no

---

<sup>2</sup> Por ocasião do desaparecimento de D. Sebastião, rei de Portugal e pelo fato de não ter restado um herdeiro legítimo ao trono português, o rei Filipe II de Espanha reivindicou e a partir de 1580, passou controlar as duas coroas. Formava-se na segunda metade do século XVI, o poderoso império ultramar da Espanha e Portugal

<sup>3</sup> Pelo menos Cinco padres da Companhia participaram dos eventos e escreveram sobre eles sem assinar. Assim, na investigação do documento, nos reservamos o direito de citar: “esse homem”, “o padre”, “esses homens”, “os padres” ou “os jesuítas” em alguns pontos dessa pesquisa. Nisso, quando a questão discutida importa ou for pertinente ao autor legitimado pela historiografia, ou a todos os atores históricos envolvidos.



cotidiano dos descobridores, aventureiros, missionários e colonos que chegam desde o final do século XV ao Novo Mundo; posteriormente, a partir das imagens do Novo Mundo e que se difundiram pela Europa a partir dos seus relatos, crônicas e representações iconográficas. Nesse sentido, um remanescente imaginário medieval arraigado a concepções religiosas sobre a natureza - visões edênicas, sagradas e profanas em um duelo no horizonte da cristandade, tal como observa Mircea Eliade - enfrentou-se no cotidiano da colônia com as diferenças climáticas, topográficas, culturais e com as circunstâncias imediatas da guerra na qual estavam submetidos os homens desse tempo.

Nesse sentido, acreditamos que as forças agentes nesse momento histórico específico, sejam elas políticas, ideológicas, culturais, econômicas ou circunstanciais; certamente imprimiram suas marcas na apreensão do real e na representação da natureza material e imaterial do Novo Mundo. Representação que há de projetar-se com significado para essa pesquisa a partir do discurso dos atores desse evento, nesse tempo histórico e sob as circunstâncias específicas das guerras de conquista no século XVI. Do mesmo modo é possível que, a partir da experiência dessas guerras, e do contato efetivo com a cultura do Novo Mundo, essa própria natureza tenha emprestado contornos próprios à imagem que se construía.

De todo modo, nossas considerações sobre a idéia de natureza presente no discurso do Sumário das Armadas gira em torno de uma realidade histórica representativa, circunstancial e dinâmica que se aproxima do pensamento de Durval Muniz de Albuquerque, sobre a idéia “Foucaultiana” de objeto e historicidade. “com Foucault aprendi que nada pode ser visto como natural, justo, verdadeiro, belo, desde sempre. As formas que os objetos históricos adquirem só podem ser explicadas pela própria História”<sup>4</sup>. Comungando dessa idéia, temos ainda outro elemento que exerce força arquitetônica sobre essa pretensa idéia de natureza americana no século XVI, as vontades, valores e motivações que são próprias de nosso tempo e que emprestam a forma mais adequada e inteligível; na qual essa natureza será retirada do passado e revelada ao presente.

Dividimos então, essa pesquisa monográfica nos seguinte e intitulados capítulos:

---

<sup>4</sup> ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. Um leque que respira: a questão do objeto em história. Natal: 2006. 16p. Available from Word Wide Web <http://www.ccla.ufm.br/ppgh/durval> Acesso em: 30 de Outubro de 2008.

1 ) A IDÉIA DE NATUREZA NO SÉCULO XVI, O OLHAR DA CAMPANHIA DE JESUS E O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA – no qual se discute as mentalidades européias no período moderno como possibilidade de interpretação da idéia de natureza que se projetou sobre o Novo Mundo em finais do século XVI e a Companhia de Jesus como espaço de vanguarda, onde novos olhares sobre essa natureza e sobre processo histórico da humanidade se projetaram na modernidade. Para tal reflexão, esse capítulo discute também as perspectivas e posturas tomadas pela historiografia ao tratar o tema.

2 ) OLHARES PARA O INTERIOR, O MODERNO E O PRIMITIVO NO SERTÃO – no qual investigamos a busca dos jesuítas por entender a essência desse Novo Mundo a partir dos elementos encontrados na natureza, as peculiaridades circunstanciais da empresa de conquista da Paraíba e a representação de uma espacialidade dicotômica a partir de elementos próprios da natureza do Novo Mundo.

## A IDÉIA DE NATUREZA NO SÉCULO XVI, O OLHAR DA COMPANHIA DE JESUS E O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA

Desde o século XV a Europa “renascia” econômica, política e culturalmente. No mundo latino, especialmente na Península Ibérica, a exaltação das nações produziu um imperialismo guiado pela “vontade de servir” e conquistar o Novo Mundo recém descoberto para a maior glória de Deus. Portugal, dentro da sua lógica nacionalista, desde a chegada de D. João I, em Marrocos (1415), assinala o nome de Deus na era das grandes viagens e descobrimentos modernos. Paralelamente, no mundo germano-saxão, o rompimento com a unidade religiosa da Europa representou um nacionalismo impulsionado pelo grito do *non serviam*<sup>5</sup>, estabelecendo a cisão de pensamentos dentro da Igreja e reordenando grande parte da atividade religiosa na Europa. Já em pleno século XVI, As idéias reformistas de Martim Lutero se difundiam pela Europa levando a Igreja Católica a iniciar a Contra Reforma Religiosa - o que de todo modo representa mudanças políticas na própria Igreja Católica. A partir de 1500 até pelo menos até 1620, a idéia de progresso cultural e econômico no Sul da Europa impulsionava a Renascença de uma Itália cheia de conflitos políticos mas de efervescência intelectual e artística. Na Península Ibérica estava a Espanha e seu poderio bélico e econômico. No sentido econômico, o século XVI foi sem duvida, o século de ouro para a Espanha. Sobretudo com a união Ibérica, o que aumentou a extensão do império ultramar espanhol.

Nesse processo imperialista vivido pela Espanha desde o final do século XV, o Estado passou a interferir de forma mais intensa sobre as relações comerciais, sobretudo quanto às relações entre a e suas respectivas colônias de exploração. Nesse sentido, o ideal imperialista das nações européias se projetou sobre o recente Novo Mundo como apropriação dos seus produtos naturais e de suas capacidades como colônias produtoras; o que David Arnold considera: *imperialismo ecológico*<sup>6</sup>. Embora a intervenção política direta não seja uma regra desse processo, as relações das metrópoles européias com o Novo Mundo durante o século XVI, podem ser entendidas como uma política imperialista. A projeção desse império, segundo entendemos, se deu principalmente por duas motivações próprias do período: o comércio ultramar e o ideal religioso.

---

<sup>5</sup> Termo atribuído a Lúcifer, quando expressa sua vontade de não servir a Deus. Aqui como expressão de um lema ideológico de desconformidade com a Igreja Católica.

<sup>6</sup> Conceito de A. W. Crosby in: *The Columbian Exchange*. 1986, no qual se apóia David Arnold para falar do comércio de especiarias como poderio econômico no início da Idade Moderna.

Sob esses princípios, na Europa do século XVI, a Espanha tornava-se líder incontestável não apenas economicamente, mas também na Contra Reforma Católica, o que, em grande medida, influenciou parte da historiografia mundial na idéia de um sacro imperio espanhol. Nesse sentido, o ideário religioso esteve fortemente articulado com a política de conquista de Portugal e Espanha sobre o Novo Mundo, política na qual as Ordens religiosas agiram como “braços ideológicos” do Estado para uma conquista pela forças das armas, mas também pela Cruz. É nesse contexto e nesse sentido político-religioso que surge a Companhia de Jesus como Ordem religiosa católica empenhada na conversão religiosa dos povos indígenas, na moralização do homem e posteriormente e na educação da sociedade colônial. Assim sendo, a Ordem jesuíta surge para combater como soldados, onde quer que fossem, pelo ideal religioso legitimado no ideário conquistador do período e que se pode definir em dominar pela Fé, pela Lei e pelo Rei, o mundo pagão e o mundo erege.

A atividade religiosa dos jesuítas é de grande importancia para se entender especificidades do próprio processo de conquista das metrópoles sobre o Novo Mundo, sobretudo no caso do Brasil Colonial, onde por mais de dois séculos a atividade religiosa da Companhia de Jesus esteve, ora articulada, ora em conflito com a política das metrópoles européias para com a colônia. Para além da atividade missionária da Companhia, a importancia da Companhia de Jesus para compreensão da história do Brasil Colonial se encerra no fato de que os jesuítas não foram meros atores dessa trama histórica, participando também da construção dessa história a partir da epistolografia, crônicas e relatos que constituem grande parte da historiografia religiosa brasileira.

Ninguém teve, no Brasil colonial, tanta consciência histórica como os jesuítas. Não deram um passo, não converteram uma alma, não pacificaram colonos e indígenas, não dissolveram costumes brasílicos, não venceram os medos ou pecados da terra sem deixar escrita sua obra ou ação<sup>7</sup>

A historiografia contemporânea, na intenção de situar a Companhia de Jesus no seu tempo histórico, tem adotado uma perspectiva metodológica centrada fundamentalmente na conjuntura política e no pensamento da época. Assim, quer seja a partir dos livros

---

<sup>7</sup> RODRIGUES, José Honório de. *História da História do Brasil*, historiografia colonial. São Paulo: Ed Nacional, 1979. p 249.

didáticos produzidos por autores renomados como Gilberto Contrim ou Claudio Vicentino, ou de um clássico da historiografia como *A história da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite; inicialmente e inevitavelmente nos deparamos com uma breve biografia de Santo Inácio de Loyola. Esse parece ser um método usual dessa historiografia para dar historicidade à Companhia de Jesus, como materialização das idéias de um homem. Assim sendo, considera que nascido no final do século XV, Inácio de Loyola viveu dentro da lógica ainda cruzadista dos gentis-homens, fidalgos e militares de seu tempo e a carreira militar na qual ingressou na juventude - chegando a ser nomeado Capitão na guarnição de Pamplona, capital de Navarra - tê-lo-ia influenciado por toda a vida religiosa; vida a partir da qual se projeta sua obra mais importante, a Companhia de Jesus. Essa mesma historiografia, contudo, não desconsidera que se a Companhia de Jesus é a materialização das idéias de um homem, ela é, antes de tudo, materialização das idéias de um tempo. Assim, fundada em 1534, a Companhia de Jesus surge dentro do movimento contra-reformista da Igreja Católica para lutar como soldados da fé e da moral. Essa parece ser uma perspectiva mais política e é para onde converge o projeto de Santo Inácio. Em todo caso, esse posicionamento historiográfico sugere que a necessidade circunstancial de uma ação mais efetiva da Igreja na sociedade ampliou o espaço da atividade religiosa na primeira metade do século XVI, o que nos remete a pensar a Companhia de Jesus como instrumento dessa maior intervenção da Igreja na sociedade.

Essa dupla perspectiva adotada pela historiografia parece adequada na medida em que confere historicidade ao objeto do seu estudo. Contudo, a grandiosidade do projeto jesuítico para o mundo, segundo nosso entendimento, parece querer ultrapassar seu próprio tempo, e se posicionar para além de uma estrutura da Igreja ou do Estado. Segundo entendemos, a postura da Companhia de Jesus, a partir de sua própria lógica funcional, representa um pensamento de vanguarda no mundo ibérico. Pensamento que incidi sobre a idéia de salvação (perfeição na lógica jesuítica), sobre o mundo e sobre os meios para atingir seus ideais individuais e apostólicos.

A vida religiosa, essa pensada como um desses meios para chegar à salvação, deveria regular-se interna e externamente, ou seja, espiritualmente e materializada nas ações virtuosas. Virtudes valorizadas de modo hierárquico, mas passíveis de harmonia entre corpo e espírito. Os cuidados com a saúde e as boas relações com a família do

missionário e com os de fora dela, por exemplo, são exercícios que deveriam alinhar-se com a vocação natural - e nesse caso “vocação natural” como dádiva do Senhor Deus, revelada pelo Espírito Santo – para santificarem a si e ao próximo. Por meio da abertura de consciência ao Superior, dava-se a regulação da vocação e a busca do seu equilíbrio na prática diária – alma e corpo a serviço da salvação, e do mesmo modo, da perfeição. Assim sendo, não é forçoso pensar que, dentro do processo de conquista dos espaços colônias do século XVI, essa lógica própria da Companhia de Jesus no entender o mundo, haveria de influenciar os discursos sobre a natureza, esses produzidos no interior dessa Ordem religiosa e no decurso de suas atividades. Parece-nos que, a partir da lógica orgânica da Companhia, lógica essa que há de manifestar-se em todos os aspectos da vida - não apenas da religiosa - constrói-se um espaço diferenciado das concepções de mundo e de natureza. Essas concepções, segundo as percebemos, são manifestas no que, por enquanto, chamaremos de “habilidade” dos jesuítas de entender o mundo material e o mundo espiritual e da aparente necessidade de equilíbrio entre ambos.

Ainda nos tempos de Nóbrega<sup>8</sup> os problemas de ordem política e econômica da Companhia de Jesus podem ser percebidos através de suas cartas. Escreve Serafim Leite: “Não era nada desafogada a situação dos padres, tanto mais que, se eles recebiam esmolas, também as faziam [...] A responsabilidade de sustentar estes meninos<sup>9</sup> era grande”<sup>10</sup>. Essa responsabilidade, a partir do Alvará de D. Sebastião, de 7 de Novembro de 1564, passa a ser do Chefe supremo do Estado português.

[...] hei por bem de lhes aplicar e dotar, e de feito por esta minha carta de doação, doto e aplico, uma redízima de todos os dízimos que e direitos que tenho que tenho e me pertencem e ao diante pertencem, nas ditas partes do Brasil, assim na capitania da Bahia de Todos os Santos, como nas outras Capitánias e povoações delas; para que o dito Reitor e Padres do Colégio tenham e hajam a redízima do primeiro dia do mês de Janeiro do ano que vem, de quinhentos e sessenta e cinco, em diante para sempre.”<sup>11</sup>

Contudo, longe de resolver a situação econômica da Companhia, essa doação estava sujeita a dois tipos principais de entraves: o escrúpulo (ou a falta dele) dos funcionários

<sup>8</sup> Nóbrega chegou ao Brasil em 1549 onde militou pela Companhia até sua morte em 1570 no Rio De Janeiro.

<sup>9</sup> “meninos”, nesse sentido são os órfãos vindos de Lisboa para estudar nos Colégios.

<sup>10</sup> LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Edições Loyola, São Paulo, 2004. p 147.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p 43.

encarregados de repassar a redízima, e a própria dificuldade de entender o sistema de dízimas que se fazia na colônia. Os Padres ficavam à disposição do humor dos funcionários e de suas próprias ambições. Quando não, questões políticas interferiam nesses pagamentos e deixavam a companhia num constante jogo político e busca de estabilidade financeira. Posteriormente determinou-se que essa redízima dos dízimos fosse retirada do açúcar produzido nos engenhos. O conflito, a partir de então, era quanto à indicação dos respectivos engenhos do qual se trataria o pagamento. Os padres eram direcionados pelos funcionários de EL-Rei à engenhos longínquos ou deficitários.

Nem sempre correspondiam, infelizmente a esta alta compreensão de Portugal, os oficiais subalternos, encarregados mais imediatamente de satisfazer os encargos assumidos por El-Rei. Tirando um ou outro período, nunca os jesuítas receberam, em paz e sem lutas, uma dotação, que parecia prometer segurança na catequese e colonização do Brasil, mas que, na realidade, obrigava os Religiosos, para não se endividarem, a buscar por outro lado, os meios necessários de subsistência [...] <sup>12</sup>

Em 1583, o Padre Cristóvão de Gouveia, então Visitador Geral do Brasil <sup>13</sup>, se empenhou em estabelecer, a partir dos problemas encontrados, uma nova Constituição para a Companhia no Brasil. Ao tomar o assunto, Cristóvão de Gouveia identifica a origem da desordem econômica como fundamentalmente provocada pelo descaso com que os funcionários tratavam a questão das redízimas da Companhia, chegando, muitas vezes, a zombar dos apelos dos Padres dessa instituição. Ficou então decidido pelo Visitador não aceitar mais Noviços de Lisboa ou da terra nos Colégios da Bahia e do Rio de Janeiro, ao menos até a situação de endividamento desses Colégios seja resolvida. Em 1587 o Padre Jerônimo Machado escrevia: “Enquanto estiver lá aquele Governador <sup>14</sup>, não terão os nossos, sossego nem remédio” <sup>15</sup>. Agravando a situação, Gabriel Soares de Sousa, na corte de Espanha, desenvolvia uma grande atividade política contra a Companhia de Jesus, o que juntamente com as constantes reclamações dos colonos quanto da suposta proteção que a Companhia dava ao gentio; representam um período extremamente instável para a Companhia de Jesus no Brasil. Nas palavras de Gabriel Soares de Sousa:

<sup>12</sup> LEITE, Serafim, *história da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 44.

<sup>13</sup> O mesmo Cristóvão de Gouveia encomendou a relação das atividades na conquista do Rio Paraíba, então *Sumário das Armadas*, principal fonte documental dessa pesquisa.

<sup>14</sup> “Aquele Governador” é Tales Barreto, então governador da Bahia e grande opositor às atividades da Companhia de Jesus.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 47.

[...] basta que se ensine um pouco de latim, ler e escrever, como se fazia sem segunda renda, e como na verdade não se ensina outra coisa, nem há na terra quem aprenda mais. [...] em qual até hoje não acabaram o curso das Artes mais que seis ou sete pessoas [...] teologia não ouviram mais que quatro pessoas de fora e uma só se fez bom pregador [...] se em Portugal, antes, não havia mais que a Universidade de Coimbra, porque não bastará ao Brasil a da Bahia para todo o Estado?<sup>16</sup>

Desse modo, ao empreendermos um olhar sobre a conjuntura na qual estavam submetidos os jesuítas na segunda metade do século XVI, compreendemos que a Companhia de Jesus esteve, para além do propósito político-ideológico da Conquista, atuando paralelamente em seus objetivos individuais. Esses objetivos, segundo os entendemos, significavam a própria continuidade do seu trabalho religioso e sua permanência na colônia. Tal percepção nos leva a pensar que as necessidades mais urgentes da companhia podem ter exercido grande força sobre o discurso desses padres e, sobretudo em suas percepções e apropriações da natureza no sentido fundamental de dominá-la. Tal consideração nos remete a pensar essa natureza do discurso jesuítico, como instrumento pelo qual a Companhia de Jesus buscou afirmar ou legitimar seu poder<sup>17</sup>. Ora, não teria sido essa uma postura da Companhia perante a natureza desde os tempos de Nóbrega? O interesse farmacológico pela fauna e pelo clima não seriam “apropriações” da natureza material, e de seus segredos em nome da Companhia? Sobre esses questionamentos, a resposta afirmativa parece se encontrar nas palavras do Padre Serafim Leite:

Os jesuítas sempre foram homens práticos. As suas observações não ficam só no campo da especulação. Gradativamente, os elementos da fauna e da flora americana iam utilizando na sua farmacologia. A quina que os jesuítas revelaram ao mundo, levou muito tempo o nome de “mezinha dos meninos de Jesus” [...] As boticas dos jesuítas tornaram-se famosas [...] com renome quase lendário a *Triaga Brasília*. [...] Por ocasião do seqüestro do Colégio da Bahia, diz o desembargador, que procedeu em arrolamento, que este remédio tinha grande consumo, “por ser

<sup>16</sup> LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p 166.

<sup>17</sup> Nesse sentido, “poder” como conhecimento sobre a natureza; sobretudo pela natureza ainda não desvelada a outros que não os da Companhia, a natureza interior desse Novo Mundo.



pronto o seu efeito e que não faltaria quem desse **pelo segredo**<sup>18</sup> três ou quatro mil cruzados<sup>19</sup> [grifo meu]

O conhecimento e a apropriação sobre essa natureza parecem ser o que a torna útil e potencialmente valiosa<sup>20</sup>. Contudo, ainda que no exemplo de Nóbrega e do seu interesse pela farmacologia em nome da Companhia de Jesus, a apropriação da natureza seja sobre sua materialidade (a coisa em si: a “mezinha dos meninos de Jesus” ou a *Triaga Brasilica*, por exemplo), o poder não emana da coisa em si, mas dos segredos dessa natureza só revelado aos jesuítas. No caso específico do *Sumario das Armadas*, para entendermos essa vontade de apropriação da natureza na forma de conhecimento sobre a mesma, vale-nos recordar que esse documento foi produzido entre 1587 e 1589, sendo 1589 o mesmo ano da chegada da Ordem Franciscana na Capitania da Paraíba. Os conflitos entre essas Ordens religiosas, principalmente quanto aos seus respectivos espaços de atuação na Capitania, foram uma realidade que, no termo e na deliberação de Filipe II sobre a questão, se denominou “escândalo entre os novos cristãos<sup>21</sup>” e que, segundo entendemos, representa uma maior motivação da Companhia no sentido de legitimar o seu conhecimento sobre a natureza material e imaterial do Novo Mundo através do discurso.

Porquanto, por Frutuoso Barbosa, fui avisado que, entre os religiosos de S. Francisco, enviados a essas partes por meu mandado, e os Padres da Companhia, havia diferenças, do que resultava em escândalo entre os novos cristãos, vos mando que, tirada a inquirição, e achando que os Padres de S. Francisco são os culpados, os concertareis de forma que não haja matéria de escândalo; e se os Padres da Companhia, os despedireis, para não mais tornarem a morar nessa Capitania, e os ditos religiosos de S. Francisco doutrinarão todo o gentio, o que favorecereis em tudo o vos for possível<sup>22</sup>

Contudo, um questionamento nos surge a partir desse entendimento sobre as necessidades circunstanciais da Companhia de Jesus no século XVI e da nossa percepção

<sup>18</sup> Pelo segredo e não pelo produto. Os jesuítas apresentam o produto ao mundo, não o conhecimento para produzi-lo.

<sup>19</sup> LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.p 137.

<sup>20</sup> Nesse sentido, “valiosa” como elemento que confere poder legítimo sobre a coisa, não valiosa no sentido comercial.

<sup>21</sup> O termo “novos cristãos”, de acordo com a narrativa, parece significar o gentio catequizado.

<sup>22</sup> *Ibid.*,p.180.

de uma lógica propriamente jesuítica no entender o mundo e a natureza do Novo Mundo: até que ponto se pode pensar o olhar da Companhia de Jesus como diferenciado do olhar do aventureiro ou da Coroa ibérica sobre o que representa esse Novo Mundo? Existiria uma mentalidade comum a esses homens do século XVI capaz de projetar uma imagem uniforme dessa natureza? Na busca de respostas nos contentamos, ao menos por enquanto, em verificar de que maneira a historiografia percebe os olhares da Europa sobre a natureza do Novo Mundo no início da Idade Moderna.

Patrick Sale, ao refletir sobre as mentalidades no início da Idade Moderna, nos fala de um pensamento mórbido, pessimista, messiânico e, sobretudo apocalíptico, na sociedade europeia durante todo o século XV. Esse pensamento se manifestou na pintura, na literatura, nos adornos das catedrais e nas peças vivas nas praças; detalhando anjos negros pairando no ar, leitos de moribundos e a morte triunfante sobre a vida. Nesse sentido, Patrick Sale considera que uma “cultura da morte” e uma idéia apocalíptica se projetavam sobre a Europa moderna. Essas idéias, segundo o autor, se formavam desde o medievo com o contato cotidiano da Europa com a Peste e com morte, e que teriam se intensificado no século XIV e XV com a violência banalizada, as doenças e com a fome. Nesse sentido, o autor considera a influencia de enfermidades naturais como as pragas e a Peste Negra nas mentalidades europeias do final da Idade Média a projetar um pessimismo sobre a modernidade.

O fim do mundo: a idéia era aceita com toda seriedade pela Europa de fins de século XV – não como um mero conceito, não como metáfora ou tropo teológico, mas como predileção sombria e assustadora [...] Fosse ou não o fim do mundo, compreendido tão eminentemente como o dia seguinte, ou tão distante como várias gerações, o efeito sobre a alma da Europa era mais ou menos o mesmo. “Um sentimento geral de calamidade próxima paira sobre a Europa”, nas palavras de Huizinga, “um sombria melancolia verga alma das pessoas”<sup>23</sup>

Nas idéias de Francis Bacon, a “natureza como modelo ideal e legítimo” é entendida como um pressuposto filosófico de longa duração na história do Ocidente. Surgida na filosofia da antiguidade grega, a natureza como modelo ideal teria atravessado a história do Ocidente e apenas perdido força no final da modernidade. Nesse sentido, Bacon

---

<sup>23</sup> SALE, Kirk Patrick. O fim do mundo está próximo. In: *A Conquista do Paraíso: Cristóvão Colombo e seu legado*, Ed. Horge Zahar Editor. 1990. p 32.

reconhece que na história do Ocidente, a arte<sup>24</sup> humana buscou, desde a Antiguidade Clássica, sua inspiração na *Physis*<sup>25</sup>. O que se revela, em última análise, num importante mecanismo de dominação da natureza.

Nesse sentido a natureza era vista desde a antiguidade grega como ideal, cuja realização ou restabelecimento cabe a arte, ora como norma cujos preceitos e indicações a arte deve seguir para alcançar suas finalidades [...] Há em primeiro lugar a necessidade de conhecer bem a natureza, observá-la e persegui-la em seus sutis movimentos, mas também de forçá-la a falar, “torcer a calda do leão” obrigando a natureza a revelar coisas que não falaria de outro modo. Daí o sentido de dominação e não apenas de imitação da natureza. Para ele, a arte não é apenas o poder de corrigir ou completar a natureza, mas revolvê-la, alterá-la em suas fundações. Quaisquer efeitos produzidos pela natureza em seu próprio trabalho, ou pelo homem em conjunção com a natureza pela arte, são todos naturais, obras das criaturas de Deus<sup>26</sup>

Considerando as idéias de Francis Bacon e as mentalidades no início da modernidade sob a perspectiva de Patrick Sale, percebemos uma tradição intelectual de longa duração na história do Ocidente que busca inspiração na natureza para compreender os eventos e as coisas da Era Moderna. Segundo entendemos, Essa tradição filosófica e intelectual se encerra no ímpeto humanista da instrução jesuítica e, nesse sentido, como caminho pelo qual esse posicionamento diante do mundo e da natureza chega à Companhia de Jesus. O primeiro *Ratio Studiorum*, ou seja, o conjunto de normas de estudos e então código pedagógico da Companhia de Jesus, só foi impresso em 1599, tendo seu primeiro esboço em 1591. Antes dele, a Constituição da Companhia era o único mecanismo normativo do aprendizado e do ensinamento jesuítico. O hebreu, o grego, e o latim eram estudados para além da Gramática, comportando a Retórica, a Poesia e a História. A História<sup>27</sup>, dentro do “método didático” da Companhia, foi ensinada como subsídio útil ao Curso de Humanidades para uma boa interpretação dos clássicos gregos e romanos. Assim, é realmente possível que essa tradição filosófica e intelectual apontada por Bacon tenha

<sup>24</sup> Ao entendermos a “arte” enquanto conceito, aplicável à perspectiva da ciência histórica, podemos entendê-la como ação humana que cria, inventa, submete, assimila, representa, imita... Mas que é antes de tudo uma ação e não “arte” no sentido contemporâneo que remete a compreensão às representações estilísticas da cultura.

<sup>25</sup> Concepção pré-socrática de natureza na qual o material e o imaterial são o Cosmos: o pensamento, os Deuses, a terra e o espaço celeste e tudo o que existe.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Bernardo Jeferson de: *Francis Bacon e a Fundamentação da Ciência como tecnologia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. p. 132.

<sup>27</sup> No século XVI, nenhum Colégio ou Universidade do Mundo ensinava História como curso autônomo.

sido empreendida pelo ímpeto humanista dos jesuítas e que ela anteceda a própria Companhia de Jesus e também as mentalidades do século XVI no reconhecer a natureza como modelo interpretativo de mundo. No caso de sua participação na empresa de conquista no Brasil Colonial, é provável que essa tradição intelectual e os pessimismos do início da modernidade tenham influenciado fortemente suas percepções e concepções sobre a natureza brasileira.

Na célebre obra *Visão do Paraíso*, Sergio Buarque busca nas mentalidades do Ocidente Medieval, os fundamentos que vão dar uma característica ou imprimir uma imagem sobre a natureza do Novo Mundo, do final do século XV até o século XVII. Para Sergio Buarque, uma visão do paraíso configura-se a partir de motivos edênicos, como o grande mosaico do pensamento medieval levado sob a consideração de sua longa duração na história do Ocidente. Nesse entendimento, o paraíso terreal, o Éden perdido ou recuperado é a visão que se faz da natureza do Novo Mundo como reflexo, representação e, portanto produto das mentalidades medievais européias arraigadas, principalmente, à filosofia cristã. Na perspectiva do autor, as mentalidades medievais são mecanismos pelos quais operaram as explicações para o desconhecido e a mediação do reconhecido, interpretando as diferenças e as semelhanças da natureza que se apresentou aos homens desse tempo.

A atmosfera mágica de que se envolvem para o europeu, desde o começo, as novas terras descobertas, parece assim refazer-lhe à medida em que penetramos à América Lusitana. E é quando, muito a guisa de metáfora, que o enlevo ante a vegetação sempre verde, o colorido, variedade e estranheza da fauna, a bondade dos ares, a simplicidade e inocência das gentes – tal lhes parece, a alguns, essa inocência de que dissera-o já, Pero Vaz de Caminha, ‘a de adão não seria maior quanto à vergonha’, - pode sugerir-lhes a imagem do paraíso terrestre<sup>28</sup>

A percepção da natureza, dentro da lógica argumentativa de Sergio Buarque, se projeta a partir de uma “fisionomia espiritual” do europeu na Era dos Descobrimentos - hipótese principal do autor que permeia toda a obra - com a percepção dos mitos, crenças e valores ocidentais. Para Sergio Buarque, essa fisionomia espiritual se apresenta em contornos diferenciados no mundo ibérico. Essa idéia parte da percepção do autor de uma

---

<sup>28</sup> HOLANDA, S. B. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.p3.

influência da polêmica humanista contra a escolástica e o aristotelismo, e mais tarde de todo o movimento renascentista, atuando de maneira diferenciada em Espanha e Portugal. O que, de acordo com essa idéia, há de ter propiciado, na Era dos Descobrimentos, um homem português com tendência a manter as tradições e inclinado ao realismo em contraponto ao espanhol imaginativo, de inventiva criatividade:

O que, ao primeiro relance, pode passar por uma característica “moderna” daqueles escritores e viajantes lusitanos – sua adesão ao real e ao imediato, sua capacidade, às vezes de meticulosa observação, animada, quando muito, de algum interesse pragmático – não se relacionaria, ao contrário, com um tipo de mentalidade já arcaizante na sua época, ainda submisso a padrões longamente ultrapassados pelas tendências que governam o pensamento dos humanistas e de todo o renascimento?<sup>29</sup>

Não nos cabe, ao menos nesse momento, nos aprofundarmos nas questões dos motivos edênicos levantada por Sergio Buarque. O que nos interessa aqui é que ao delinear um tipo de mentalidade diferenciado no mundo ibérico e inaugurar um antagonismo entre portugueses e espanhóis nos seus modos de pensar, de idealizar e, sobretudo, nas suas percepções da natureza, o autor parece lançar a “visão de mundo” lusitana num confuso jogo cultural ibérico. A hipótese de Sergio Buarque apresenta problemas instigantes e que, embora tenha sido de seu interesse responder, coisa a que se dedica com afinco em suas comparações entre os cronistas lusitanos e Cristóvão Colombo (Colombo sequer nasceu ou viveu a maior parte de sua vida na Espanha) como representante do pensamento espanhol, nos parecem, ao final, inconsistentes.

Em primeiro lugar, e com a devida reserva à expressão artística como manifestação do pensamento de uma época, o que de tão definitivo e intuitivo ao historiador, poderia haver na arte do final da Idade Média, ao ponto de lançar todo um povo, e se possível, apenas um, ao “atraso escolástico”? Também nos parece problemático pensar um racionalismo arcaico lusitano, negando-lhe o “moderno” como possibilidade interpretativa de suas percepções de natureza.. Os anjos que parecem renunciar ao vôo na pintura<sup>30</sup> não nos parecem menos realistas do que um Colombo que percebe *mastines e*

<sup>29</sup> HOLANDA, S. B. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

<sup>30</sup> “Arte em que até as figuras de anjos parecem renunciar ao vôo” é parte da argumentação de Sergio Buarque sobre a tendência ao real e à tradição.

*branchetes*<sup>31</sup> na América recém descoberta. Se Colombo já afirmava encontrar sereias em seus relatos de viagem, porque o realismo e a tradição no contato com a natureza do Novo Mundo?

Outra questão que nos parece importante é que, ao pensarmos essa “primazia portuguesa pela experiência” de que fala Sergio Buarque, e tendo como exemplo a transfiguração realística do espaço na cartografia - esse feito lusitano que retirou o colorido da magia e do mítico dos mapas para dar-lhes a cor cinza da experiência real - se diferencia da postura de um Colombo que não se lança à fantasia ou ao medo ante a visão de uma “ilha em chamas” e recorre a história de conquistas e a tradição espanhola para retomar o controle da tripulação?<sup>32</sup> Pensar uma visão ou um entendimento de natureza que se diferencia nas mentalidades de duas nações tão próximas; haja vistas a mescla de cultural e intelectual que reserva o termo “Mundo Ibérico” ou *iberismo* como conceito estrutural comum aos estudos históricos, não nos parece um caminho ou uma postura segura dentro da perspectiva de mentalidades como categoria de análise em história.

O *arquétipo idealizado*, termo que Edward Lopez<sup>33</sup> utiliza para explicar o mecanismo mediador do processo cognitivo de apreensão da realidade, parece-nos encerrar a “fisionomia espiritual” de que trata Sergio Buarque, numa perspectiva de perfil psicológico ocidental no final da Idade Média - o que se não dissolve nossas dúvidas, ao menos atenua essas contradições geradas da hipótese do autor. Dentro da idéia de Edward Lopes, embora considerando a força dos signos, mitos, das crenças e de uma história das mentalidades no Ocidente a projetarem uma imagem sobre o Novo Mundo, considera também aspectos propriamente humanos, aspectos da psique do homem que tendem a influenciar sua apreensão do real. Um desses aspectos, “a leitura da diferença”, essa feita tanto por portugueses quanto por espanhóis durante os Grandes Descobrimientos, parece revelador de que esses modos de apreensão da realidade, se percebidos a partir do olhar de estranhamento, não são assim tão distintos. Essa perspectiva de entendimento nos auxilia a pensar, por exemplo, no investimento de desejo daquele que vê sobre o que é

---

<sup>31</sup> Em 17 de Outubro de 1492, ainda na sua primeira viagem, Colombo fala convicto da presença de *mastines* e *branchetes* como cães domesticados pelos indígenas. Segundo Consuelo Varela em: *Cristóbal Colón, los cuatro viajes Testamento*, explica que não havia nem um desses animais no Novo Mundo. Eram possivelmente animais cativos e cevados para consumo, não cães.

<sup>32</sup> No dia 9 de Agosto, próximo a Ilha de Tenerife, Colombo fala desse evento (possivelmente uma erupção vulcânica) e controla os medos e os ânimos da tripulação relembrando a história de conquistas espanholas que se deram mesmo sob circunstâncias supersticiosas.

<sup>33</sup> LOPES, Edward. *Ler a diferença*. In: BARROS, Diana L.P. de, *Os Discursos do Descobrimento*. São Paulo: Editora da USP; FAPESP, 2000.

visto. Uma dimensão patêmica<sup>34</sup> e pragmática das imagens do outro e da natureza em sua estreita relação com as necessidades mais urgentes dos homens dessa época.

Dentro dessa lógica, ao pensarmos os homens e suas necessidades nesse tempo histórico, podemos entender que se um aventureiro como Colombo desejou ouro, prata e especiarias, e foi isso que ele viu mesmo quando viu<sup>35</sup>; essa talvez fosse sua necessidade mais urgente. Do mesmo modo, não há que duvidar-se que se um Nóbrega viu o Demônio, mesmo quando não o viu, o viu porque, na mesma medida, necessitava vê-lo. “escreveu Nóbrega [...] e a terra era dominada pelo Demônio, que afastara, por arte sua, o nome da Santa Cruz [...] a terra era boa e sã, mas ente toda vivia em pecado”<sup>36</sup> A ação, ou mesmo a interpretação que fazemos da ação desses atores históricos parece, em todo caso, não adquirir sentido para a História quando desvinculada dos fins que justificam a participação do ator na trama histórica.

Uma ação não nasce da intenção de comunicação mas, na medida em que ela visa um fim, este encontra-se já nela implícito. [...] Tudo o quanto resulta da vida do dia-a-dia subordina-se aos interesses dessa vida, tudo o quanto depende permanentemente da transitoriedade tem seu significado determinado pelo momento.<sup>37</sup>

Assim sendo, mas com certa ressalva ao determinismo na afirmação de Patrick Gardner, em ambos os casos: fisionomia espiritual (lusitana ou espanhola) e ou um perfil psicológico ocidental, o lugar social daquele que vê, no tempo em que vê<sup>38</sup>, parece exercer importante força sobre a apreensão do real. Talvez não apenas como força externa ao homem, determinante, incessante e possivelmente opressora, mas também no sentido que nos mostra Robert Lenoble:

O homem transporta consigo as suas necessidades e os seus desejos. Sem dúvida, estes precisar-se-ão e modificar-se-ão em contato com experiência. Mas, antes do mais, há que viver e o homem projeta essas necessidades e esses desejos na natureza que o

<sup>34</sup> Termo usado por Edward López que, de modo simplificado, refere-se ao olhar amistoso com que se perceberam europeus e indígenas nos primeiros contatos.

<sup>35</sup> Colombo, em sua primeira viagem, interpreta o mínimo gesto e a estranha língua dos nativos como menção a ilha de Badeca como lugar de muito ouro.

<sup>36</sup> RODRIGUES, José Honório de: História da História do Brasil, historiografia colonial. São Paulo: Ed Nacional, 1979. p 249.

<sup>37</sup> GARDNER, Patrick, Teorias da história. Lisboa: Fundação Calauste Golbenriam, 1984. p260.

<sup>38</sup> Aqui “tempo em que vê” fala do conjunto de valores e necessidades de um período específico; a historicidade do período pensada para em sua longa, média e curta duração, o que Goethe definiu poeticamente como espírito de um tempo, o *Zaitgeist*.

rodeia, antes mesmo de saber se os poderá satisfazer e de que forma.<sup>39</sup>

O que se discute neste capítulo não deve ser confundido com a vã tentativa de recuperar, através da história, a verdade explícita sobre um modo de pensar em uma época do passado; muito menos como iconoclastia desarrazoada, negando pressupostos já consagrados pela historiografia e que nos ajudam a pensar historicamente sobre as origens e bases de muitos elementos da história brasileira. O objetivo desse argumento sobre o posicionamento historiográfico quanto às relações do homem com natureza é, antes de tudo, o de viabilizar uma perspectiva investigativa de caráter hermenêutico no tratar as mentalidades como categoria interpretativa; contudo percebendo especificidades dessas mentalidades, uma tentativa de diluição de entraves à história que muitas vezes se tornam “grilhões” e impedem alguns processos de reflexão. No caso específico da crítica à hipótese de Sergio Buarque, nos seria no mínimo difícil, trabalhar uma idéia de natureza no discurso jesuítico no século XVI, que já “nasce”, a partir das idéias do autor, ofuscada por um suposto brilho lúdico das mentalidades propriamente espanholas e encerrada numa concepção um tanto problemática sobre as mentalidades lusitanas de final da Idade Média

Assim, entendemos que o homem do qual tratamos, o jesuíta, entendeu a natureza do Novo Mundo, no século XVI, dentro da lógica de conquista comum ao período, mas conquista especial do seu espaço na colônia. Uma percepção que toma contornos próprios no contato com as peculiaridades da natureza do Novo Mundo e se articulava no discurso dessa instituição como interpretação do Novo Mundo, mas também como mecanismo de intervenção política no tratar de questões pertinentes à própria instituição. Desse modo, um espaço no qual os pressupostos humanistas parecem “fluir” melhor no mundo ibérico e onde as relações do homem com a natureza parecem, em grande medida, nortear os caminhos e as fronteiras da conquista dos espaços coloniais.

Sobre esse ímpeto modernizador do discurso produzido pela Companhia de Jesus - ímpeto que consideramos como prática discursiva própria da dessa Ordem religiosa - ao “interrogarmos”, outros historiadores em suas concepções sobre o tema; ratificamos nosso posicionamento a partir das idéias de Maria Emilia Monteiro Porto e seu entendimento sobre a participação da Companhia de Jesus na Capitania do Rio Grande:

---

<sup>39</sup> LENOBLE, Robert. *História da Idéia de Natureza*, Lisboa: Ed. 70, 2002. p 39.



[...]a Companhia de Jesus, podemos dizer que constituiu desde o princípio, um modelo de inovação, atuando a ordem religiosa em todo momento como uma vanguarda especializada. Aplicando princípios que se encontravam já em seus primeiros momentos fundacionais, os jesuítas comparecem no processo geral da evangelização do Brasil e fazem sua irrupção no território da Capitania do Rio Grande, atuando nele como uma verdadeira força de *modernização*. Isto supõe a existência real de umas práticas sociais e de umas práticas discursivas desenvolvidas pela Ordem nesse peculiar espaço colonial, herdadas de um imaginário elaborado entre finais da Idade Media e o século XVIII, que contribuíram decisivamente a fazer ingressar a Capitania do Rio Grande no mundo ocidental [...]<sup>40</sup>

Tal posicionamento corrobora com nossa idéia de discurso propriamente jesuítico sobre uma nova natureza a ser conquistada para glória de Deus, da Coroa, mas, sobretudo para glória dessa Ordem religiosa, com suas concepções diferenciadas de mundo. Nesse sentido, nos remete a considerar uma estrutura moderna de narrativa e de pensamento que se opõe à imaginação despreziosa de espanhóis e à tradição arcaica lusitana - como entende grande parte da historiografia brasileira.

---

<sup>40</sup> PORTO, Monteiro Maria Emilia: *O discurso do missionário: jesuítas e ocidentalização na Capitania do Rio Grande 1597/1759*. Revista do IHGB.

## OLHARES PARA O INTERIOR, O MODERNO E O PRIMITIVO NO SERTÃO

Antes de entrarmos na efetiva investigação da idéia de natureza presente no *Sumario das Armadas* – que é, na verdade, o compendio maior dessa pesquisa – julgamos necessário comentar alguns fatos da história da Capitania da Paraíba que ajudarão o leitor a entender com mais clareza, algumas idéias desenvolvidas aqui.

Uma série de acontecimentos trágicos e fracassos se desdobram nessa história desde o desmembramento da Capitania de Tamaracá, em 1574 e demonstram a fragilidade administrativa e o pouco controle da metrópole portuguesa sobre a Capitania, especialmente no sentido Norte-nordeste. O primeiro desses acontecimentos se deu ainda em 1574, com o episódio conhecido como “Tragédia de Tucunhaém”, no qual o gentio entrou em conflito com colonos e, incitado pelos franceses, atacou e matou os moradores do Engenho Tucunhaém, em Tamaracá. Depois do desmembramento da Capitania, a Bahia da Traição, agora Capitania da Paraíba, se tornou o ponto para onde se deslocavam as forças do ímpeto conquistador português e, a partir de 1580, da coesão das coroas portuguesa e espanhola sob o reinado de Filipe II.

Ainda nos tempos de D. Sebastião, em 1574, partiu a primeira expedição de povoamento e guerra contra o gentio *pitiguar* e seus aliados franceses na Capitania. Essa expedição foi comandada por D. Fernão da Silva que recuou para Pernambuco sob ataque do gentio e abandonou a empresa. O insucesso se repetiu em 1575, na expedição comandada por D. Luiz de Brito; evento o qual já trata o Sumário das Armadas. Essa expedição teria sido prejudicada por fortes tormentas ainda no mar e retornado a Bahia, de onde havia inicialmente partido sem ter sequer chegado a terras da Paraíba.

Em 1579 Furtuoso Barbosa parte de Portugal com sua expedição para, a mando da Coroa portuguesa, governar a Capitania por dez anos. Mas também enfrentaram tempestades marítimas e ventos contrários, os quais o levaram a abandonar o objetivo inicial e desembarcar em Pernambuco. Ali tratou de sua esposa que havia adoecido durante a viagem e logo voltou para Portugal, onde sua mulher faleceu. A má sorte de Furtuoso Barbosa, ou da empresa de conquista do Paraíba parecia não ter fim; em 1582, fato também narrado no Sumário, Furtuoso Barbosa volta à Paraíba e, embora não tenha desistido desta vez, perde um filho durante a luta contra o gentio *pitiguar*.

Segundo entendemos, a própria história dessa empresa, com seus fracassos e infortúnios mórbidos, hão de ter influenciado as mentes mais férteis desses homens,

principalmente em suas concepções sobre a natureza desconhecida desse Novo Mundo. Nesse sentido, uma influência pelo enfrentamento das tormentas tropicais e na travessia do *mar oceano*, no cotidiano da guerra contra o gentio *pitiguar* “o mais guerreiro e o mais unido que quantos houver no Brasil”<sup>41</sup> ou em suas mentalidades, ainda não refeitas do pessimismo e dos misticismos que afloraram na modernidade.

Assim, podemos entender que os “olhares” que chegam ao Novo Mundo, muito possivelmente não se projetam apenas a partir das cores vibrantes dessa natureza exuberante, de um paraíso a ser retomado pelo progresso intelectual, espiritual e econômico que se encerra na Renascença européia; mas também pelas sombras da incerteza, dos pré-conceitos sobre essa “era de modernidades” que só a experiência poderia trazer para a razão ou dar-lhe contornos mais aceitáveis.

Ao iniciar o primeiro capítulo do *Sumário das Armadas*, o qual foi encomendado com o objetivo principal narrar as guerras empreendidas contra o gentio *pitiguar* na conquista do Rio Paraíba - ou seja, uma narrativa de caráter militarista - o Padre Simão de Travassos expõe a necessidade de uma breve descrição do cenário dessa guerras.

Antes de entrar na relação das guerras e armadas que os reis deste reino mandarão dar e manter contra o gentio Pitiguar senhor de mais de quatro centas léguas por costa deste Rio do Parahiba athe e do Maranhão [...] me pareceu fazer uha breve descripção delle e do estado em que estavam as Capitánias do Pernambuco e Tamaracá quando o doutor Martim Leitano entrou nellas para mais facilmente no decurso desta história se entenderem muitas cousas a qual he a seguinte.<sup>42</sup>

Essa intenção do autor, que pretende expor um estado da questão como facilitador do entendimento sobre seu relato, revela-se no discurso empreendido, como um método de apreensão da realidade que tem a as características próprias da terra como modelo de interpretação da natureza interior<sup>43</sup> desse Novo Mundo. Nesse sentido, a observação da natureza parece ser o que revela seus aspectos mais singulares, como resposta cognocente ao *olhar de estranhamento*<sup>44</sup> que se empreendeu, sobre as peculiaridades desse Novo

<sup>41</sup>SUMÁRIO das Armadas. Iris, Jornal Literário de José Feliciano de Castilho (Rio 1848-1849); e na *Rev. do IHGB.*, v.36, pt.1, p 5-89, 1873. cap. 1.

<sup>42</sup> *Ibid.*, cap 1.

<sup>43</sup> Nesse sentido “natureza interior” como essência ou qualidade própria de uma coisa.

<sup>44</sup> Termo usado por Edward Lopez definir a visão do branco europeu sobre as diferenças encontradas no Novo Mundo durante o período das descobertas.

Mundo. O olhar desses homens, a partir da narrativa que se apresenta no Sumário das Armadas, parece estar descrevendo para que o leitor conheça, mas não parece um interesse próprio pela estética do Novo Mundo. As matas, as águas, o clima ou mesmo a cor da pele, os cabelos e as diferenças físicas do homem da terra, parecem estar já superadas quanto do que se pode entender por *olhar de estranhamento*. Ao longo das descrições da terra e no desdobramento dos eventos narrados, o estranhamento que se pode perceber nesse olhar parece relacionado com a natureza interior desse Novo Mundo; essência ou espírito que se projeta em seu discurso. Essa postura, segundo entendemos, parece encerrada numa perspectiva platônica da renascença ibérica a direcionar o olhar desses homens para a essência ou natureza interior do Novo Mundo.

[...] entendemos somente como não andão em guerras, porque **se dão pouco ao trabalho e naturalmente são folgazões** como o são todas as outras nações fora da nossa Europa. **Ajuda muito a iso a fertilidade da terra** em produzir este mantimento que chamamo mandioca que he o pão de todo o Brasil porque cada pessoa com a planta de um só dia faz mantimento que lhe abasta todo o anno [...] <sup>45</sup>[grifo meu]

**São muito falços inclinados a enganos e aleivos e he tão próprio e natural iso do clima e terra do Brasil** que logo se pega e tem já pegado a quase todos os brancos naturais do Brasil, antes a todos que asim desmente que lhe a principio lançarão do Limoeiro de Lisboa e das outras cadeias do reino peiorou ainda mais esta **natureza a que já conhece roim e asim se deve fazer pouco fundamento dos ditos do Brazil** como não fazem de peças mui católicas nas virtudes <sup>46</sup>[grifo meu]

Nesse trecho, a perspectiva do autor se representa como uma apreensão da natureza exterior, essa sensível aos olhos, como modelo interpretativo de uma suposta natureza interior das gentes da terra. Nesse sentido, a natureza como modelo ideal – ainda que entendida como tradição intelectual e filosófica do Ocidente apontada por Francis Bacon – nos parece também uma percepção egocêntrica e ligada aos valores e motivos da conquista desse mundo novo, qualificando e valorando essa natureza em dimensão material e imaterial. Nesse caso, a valorização do trabalho e a capacidade de obediência desses homens da terra parece ser o ponto para onde incide a observação dos jesuítas. Não podemos deixar de considerar, contudo, que desde a sua chegada ao Brasil, em 1549,

<sup>45</sup>. SUMÁRIO das Armadas. Iris, Jornal Literário de José Feliciano de Castilho (Rio 1848-1849); e na Rev. do IHGB., v.36, pt.1, p 5-89, 1873. cap. 1.

<sup>46</sup> Ibid., cap. 1.

os jesuítas formaram grande oposição à escravidão indígena e à violência contra o gentio na colônia. Assim, a intenção de legitimar uma suposta incapacidade ou inadaptabilidade do indígena ao trabalho através do discurso que fazem dessas gentes, pode ser pensada como grande parte da motivação do autor. De todo modo, a partir desse “método interpretativo” empreendido pelos padres jesuítas, nos ocorre que se esses homens buscaram entender uma natureza interior desse Novo Mundo, e para isso buscando modelos e explicações numa natureza sensível aos sentidos externos, precisaram, antes de tudo, reconhecer nessa natureza exterior, os elementos que lhe são próprios.

Segundo entendemos, ainda não despida da essência mágica e animista<sup>47</sup> que lhe é própria desde a primeira percepção do homem, a natureza desse Novo Mundo confabula com racionalidade dos olhares curiosos desses homens. Na experiência e no contato cotidiano com essa natureza, lhes conduz a acreditar muito mais no que sentem, do que nas coisas que se pode experimentar por algum sentido externo ou pelas possibilidades dessa natureza para as finalidades mercantilistas da Conquista. Assim, o que é visto por esses homens, antes de uma apropriação racional e pragmática, passa antes pela apreciação dos sentimentos de prazer, repulsa e medo que uma “estética dessa natureza” possivelmente lhes causa. Exemplo interessante dessa tendência a qualificar a natureza pelo que vêem e pelo que sentem, é a descrição que fazem da fauna ou mesmo de suas reações a nudez do gentio: “[...] chama vulgarmente no Brasil o qual he um pao feio **avista** tem a casca grossa e espinhosa a folha do qual quer parecer de Amieiro.[...]”<sup>48</sup>[grifo meu]

[...] e tem mais outra propriedade, não... herdarem do estado da inocência, que nelles está tão corrupta e danada que por mera sensualidade folgam de andarem nus sem nunhuma cobertura atte sobre suas vergonhas, couza que parecem animais brutos estranhos[...]<sup>49</sup>

A natureza que percebemos no discurso desses padres se projeta para além da perspectiva de mero cenário das guerras de conquista e, em grande medida, afasta-se de uma concepção teológica e criacionista comum ao discurso religioso. Essa natureza

<sup>47</sup> O termo “Animismo” foi cunhado pelo antropólogo inglês Sir Edward B. Tylor, em 1871, na obra *Primitive Culture (A Cultura Primitiva)*, para designar uma concepção mítico religiosa de todos os povos sobre o Cosmos e da interação de todos os elementos por uma energia dinâmica.

<sup>48</sup> SUMÁRIO das Armadas.Iris, Jornal Literário de José Feliciano de Castilho (Rio 1848-1849); e na *Rev. do IHGB.*, v.36, pt.1, p 5-89, 1873. cap. 1.

<sup>49</sup> *Ibid.*, cap. 1.

parece ser percebida como ativa na vivência cotidiana desses homens, capaz de “emanar forças” sobre eles e sobre os acontecimentos; paralelamente ou simplesmente desvinculada da ação ou providência de divina. Se, de uma maneira geral, o pensamento teológico concebe um mundo e tudo o que acontece nele como vontade do Deus Criador, a teologia jesuítica, ao menos nesse momento, parece não incluir a natureza da Capitania nesse mundo. Ao interrogarmos esse discurso sobre sua concepção de mundo e de natureza, uma autonomia natural revela-se em oposição ao pensamento teológico que, teoricamente deveria reconhecer a ação e a presença de Deus nessa natureza. Em uma análise lexicográfica, a palavra Deus aparece na narrativa não menos que 46 vezes; contudo, a incidência dessa palavra ou o sentido de interferência divina, surge na narrativa apenas em relação aos homens; suas vontades, suas ações e suas querelas cotidianas: “pelo serviço de **Deus** e del Rei” ou, “elle tomava em si a retaguarda e o segurava com a ajuda de **Deus**”, ou ainda, “foi cousa **milagrosa** ou **milagre de medo** a quem não sabe estes pasos[...]”<sup>50</sup>. Quando se trata de entender algo que emana da natureza ou entender a lógica dos eventos relacionados a elementos ditos naturais, Deus simplesmente inexistente na narrativa e o animismo dessa natureza revela-se arrazoando os fatos: “forão os **pecados dos roins ares daquelle negro sitio** onde o forte estava por que subitamente naquella noute adoecerão quarenta e duas pessoas com **estranhas** dores de barriga e camares”<sup>51</sup>.

Essa percepção de uma natureza autônoma e animista se produz na narrativa como discurso de cunho primitivo e em sentido mítico religioso, deliberando sobre os eventos e sobre as coisas próprias da terra com autoridade de conhecimento; nunca talvez, nunca possivelmente. Parece-nos um “conhecer” feito de circunstâncias e talhado na experiência cotidiana com essa natureza a partir de seus estranhos fenômenos. Nesse sentido, revelando-se em contradição ao lugar social do autor; um conhecimento e uma concepção de natureza muito mais pagã do que cristã.

Ao confrontarmos a trajetória histórica e “desastrosa” dessas conquistas da Paraíba, mentalidades carregadas de dúvidas e pessimismos e a experiência efetiva com a natureza do Novo Mundo, sobretudo quanto das adversidades naturais enfrentadas na guerra; não é difícil entendermos uma concepção negativa que recai sobre essa natureza no discurso

<sup>50</sup> SUMÁRIO das Armadas.Iris, Jornal Literário de José Feliciano de Castilho (Rio 1848-1849); e na Rev. do IHGB., v.36, pt.1, p 5-89, 1873.cap.17.

<sup>51</sup> Ibid., cap. 12.

desses padres. Assim, mesmo quando a narrativa trata do evento militar em si, uma concepção negativa em dimensão material e imaterial se projeta no discurso, sobretudo quando essas adversidades circunstanciais lhes são reveladas como tática e estratégia de guerra do gentio. “[...] os foram seguindo hum pedaço ainda que o roim caminho e empedimento que para este tempo os inimigos tinhão feito que para nos era muito que elles são bichos do mato.”<sup>52</sup> Pensamos nessa natureza agindo diretamente contra esses homens em seus objetivos, o que revela uma guerra duplamente difícil e sem precedentes. Os alagadiços artificiais e naturais, por exemplo, foram utilizados pelo gentio *pitiguar* para sua defesa ou para emboscadas, causando grandes perdas materiais, desânimo e medo nesses homens. Essa natureza no cotidiano militar foi, sobretudo um obstáculo posto aos objetivos da conquista, o que, segundo entendemos, reitera e precipita sentimentos e percepções sobre uma essência negativa nessa terra.

[...] acodimos todos vendo as abertas, e os inimigos vados pela outra parte aonde uhas grandes rebanceiras e brejos lhe seguravão as costas com o que se salvarão [...]forão por vezes o medo cegava [...]o Ouvidor Geral andava dando de parzer, depois de ouvir dizer que nunca cuidava que era para alguha cousa e não então, porque na briga o som do arcabuz aviva os espíritos maz aqui era peleja com os elementos que he guerra mais diferente da dos homens.<sup>53</sup>[grifo meu]

Desse modo, a idéia de uma natureza possivelmente mágica, animista ou emanante no discurso desses padres, com seu aspecto negativo encerrado nas circunstâncias imediatas e históricas da conquista da Paraíba, os leva a representar uma espacialidade a partir da projeção de elementos místicos dessa natureza na narrativa. Sobretudo na marcha rumo ao Norte que empreenderam em 1586, em direção a Serra da Copoaba<sup>54</sup>. Nesse evento, a armada definitivamente penetrou no sertão para combater onde se sabia viviam os *pitiguares* e, a partir da incidência de elementos místicos no descrever a terra e os acontecimentos; percebe-se uma representação espacial dicotômica entre a região litoral e sertão que se projeta no discurso. Nesse sentido, quanto mais se afastam da zona

<sup>52</sup> SUMÁRIO das Armadas.Iris, Jornal Literário de José Feliciano de Castilho (Rio 1848-1849); e na *Rev. do IHGB.*, v.36, pt.1, p 5-89, 1873.cap.17.

<sup>53</sup> *Ibid.*, cap. 17.

<sup>54</sup> Região que hoje compreende o Planalto da Borborema.

litorânea e entram no sertão, os medos e os elementos místicos dessa natureza se projetam fortemente na narrativa.

[...] a gente alvoroçou pra fugir **com desanimo** ja por **salteados de medo e asombrados** de se verem sento e quarenta homens com quinhentos frecheiros de noso gentio **tão longe aonde nunca senhou de hir branco em terras que ninguem sabia** [...] andava gente e muito mais o gentio **mui desmaiados e mais com se verem em tal terra.**<sup>55</sup>[grifo meu]

O aspecto místico da empresa de guerra e conquista parece “tomar corpo” no discurso a partir da entrada das armadas no sertão, o que coloca o pretense poder mágico do gentio *pitiguar* e das coisas naturais como determinantes dos motivos e das estratégias de guerra, projetando através do discurso, um sertão mágico, obscuro e perigoso em oposição ao litoral arrazoadamente conhecido, “conquistado” e que se faz seguro pela ação militar dos conquistadores.

Asim fomos outros tres com a lingua dos Indios captivos em busca do Princepapo o maior principal dos Potiguares **por ser muito grande feiticeiro** [...] melhor que nunca de que se não podem escrever as particularidades, que viremos a danar e algum basta que toda a noite andou o Ouvidor Geral de porta em porta nas vigias aos fazer callar **que era vergonha o que lhes o medo fazia dizer e fazer.**<sup>56</sup>[grifo meu]

Assim, a partir da entrada no sertão, a narrativa se desdobra em qualificações mágicas sobre a natureza e sobre o próprio sentido dos acontecimentos que descrevem: estranhas e assombrosas tormentas, chuvas noturnas que nenhum homem jamais havia visto e a própria palavra “medo” que aparece na narrativa por diversas vezes em relação a estarem na região de onde supostamente emana esse mal. Ainda no mesmo sentido, a descrição que esses homens fazem da Serra da Copaóba é particularmente interessante e parece enfatizar a força adversa dessa natureza mágica sobre a geografia do local:

[...] por que esta Capaoba aonde já estamos he toda grutas em altibaixos porque **he outeiros athe as nuvens** que athe so se sobe

<sup>55</sup> SUMÁRIO das Armadas. *Iris*, Jornal Literário de José Feliciano de Castilho (Rio 1848-1849); e na *Rev. do IHGB.*, v.36, pt.1, p 5-89, 1873.cap. 20.

<sup>56</sup> *Ibid.*, cap. 19.



por elles com trabalho, e abismos baixissimos **cousa não vista em outra parte do Brasil [...]**<sup>57</sup>

Para entendermos espacialidade dicotômica entre litoral e sertão que percebemos no discurso, e nisso considerando a maior incidência de elementos místicos na narrativa e o medo relacionado a essa região, nos debruçamos sobre as origens desses elementos que constituem segundo entendemos, uma representação espacial que se projeta a partir de uma idéia primitiva de natureza. Nessa perspectiva, consideramos uma idéia de natureza assimilada pelos padres jesuítas através da experiência cotidiana com gentio “aliado” e o gentio inimigo em circunstâncias de guerra e contato direto com essa natureza. Essas reflexões têm um caráter etnológico e atentam para a inferência da cultura do “outro” na experiência cotidiana desses homens e nas suas percepções da natureza. Nesse sentido consideramos o fato de que e a compreensão desses homens sobre a natureza nesse momento foi, em grande medida, secundária e mediada por um fator de extrema importância: a concepção primitiva de natureza, que tinha o gentio. Esses elementos místicos e propriamente indígenas na formação representativa da espacialidade que percebemos nos remetem a pensar o espaço em uma dimensão aproximada da que entende a “tese de fronteira” estabelecida por Frederick Turner e que muito influenciou a historiografia brasileira. O próprio Sergio Buarque de Holanda, do qual tratamos anteriormente, foi fortemente influenciado pelas idéias de Turner no tratar da formação dos espaços regionais no Brasil Colonial.

A partir da adaptação a padrões primitivos, o pioneiro desenvolve novas técnicas de trabalho, valores e padrões de sociabilidade, inclusive recuperando sua bagagem cultural – num primeiro momento abandonada – formando uma nação compósita e tornando-se tipicamente americano. Em outras palavras, na fronteira o pioneiro volta a estágios primitivos e, num processo contínuo, torna a evoluir rumo à civilização, apontando para uma nova nação.<sup>58</sup>

Assim, comungando dessas idéias, consideramos como fator importante, os mais de dez anos em que esses padres estiveram em contato direto com esse homem da terra, aprendendo sua língua, seus costumes e, como falamos anteriormente, buscando entender sua essência a partir da natureza a sua volta. Na busca desse conhecimento e das informações necessárias às estratégias de guerra e à efetiva conquista, é provável terem

<sup>57</sup> SUMÁRIO das Armadas. *Iris*, Jornal Literário de José Feliciano de Castilho (Rio 1848-1849); e na *Rev. do IHGB.*, v.36, pt. 1, p 5-89, 1873. cap. 20.

<sup>58</sup> WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. p 99.

absorvido ou assimilado muitos valores primitivos do gentio, sobretudo ao tratar de coisas e lugares dos quais, tanto portugueses quanto espanhóis - religiosos ou não - eram alheios. Consideramos ainda que a assimilação dessa cultura primitiva ocorreu de maneira mais intensa pela habilidade jesuítica de lidar com o mundo material e espiritual, essa encerrada na lógica humanística e possivelmente renascentista de “um mundo em aperfeiçoamento” que a vanguardista Companhia de Jesus encerrara em sua organização fundamental. O que define melhor a arte, a literatura e o pensamento renascentista se não a busca pela perfeição, pela essência peculiar e pelos fundamentos lineares das coisas, dos povos e do mundo? Nessa assimilação de cultura, muito contribuiu a presença dos “aliados” *tabajaras*, desde os primeiros tempos da empresa de conquista da Capitania da Paraíba. A própria localização dos *pitiguares* no sertão e as primeiras informações topográficas sobre a região chegaram a esses homens através dos *tabajaras* e, posteriormente, pela aliança militar com o Braço-de-peixe<sup>59</sup>, então inimigo dos *pitiguares*.

Assim, a partir da experiência cotidiana, os jesuítas passaram participar também das querelas cotidianas do gentio, com suas guerras particulares, suas lógicas próprias e seu conhecimento primitivo sobre a natureza da terra e sobre a geografia da Capitania. Ora, a assimilação dessa natureza – e nada é tão característico dessa natureza quanto a cultura do gentio - não é confirmada pelos próprios jesuítas no *Sumário das Armadas*? “he tão próprio e natural iso do clima e terra do Brasil que logo se pega e tem já pegado a quase todos os brancos naturais do Brasil”<sup>60</sup> Em nosso entendimento, não “tem já pegado” apenas aos brancos naturais do Brasil, mas também a esses padres europeus, na intensa experiência cotidiana com essa estranha natureza e com a cultura do outro no Novo Mundo.

---

<sup>59</sup> O braço-de-peixe foi uma grupo indígena local inicialmente inimigo da empresa de conquista espanhola. A astúcia de Martim Leitão durante as guerras foi importante para perceber uma luta interna entre esses e os *pitiguares*, fomentando a desconfiança do braço-de-peixe em relação aos *pitiguares* e trazendo-os para a guerra como aliados.

<sup>60</sup> SUMÁRIO das Armadas. *Iris*, Jornal Literário de José Feliciano de Castilho (Rio 1848-1849); e na *Rev. do IHGB.*, v.36, pt. 1, p 5-89, 1873. cap. 1.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria inteiramente gratificante se chegássemos ao final dessa pesquisa com uma resposta definida sobre uma idéia de natureza própria do século XVI, da modernidade ou que simplesmente definisse a natureza do Novo Mundo em qualquer dessas perspectivas. Contudo, se definida, seria apenas nossa natureza, nunca seria a natureza da Companhia de Jesus, do aventureiro, do padre Simão de Travassos, do gentio ou uma natureza própria das relações entre estes. Percebemos, a partir dessa pesquisa, que o universo que dá sentido a qualquer idéia de natureza no início da Idade Moderna está tão mergulhado nas lógicas próprias “dos passados” desses homens ou dessas instituições que nos restam apenas linhas de um quadro gigantesco a ser pintado com imaginação e vontade.

Para além das dificuldades e possibilidades, chegamos ao final dessa pesquisa não com uma idéia de natureza, mas com idéias sobre um complexo espaço de relações no século XVI, no qual a natureza do Novo Mundo ocupou uma posição central e foi interpretada segundo lógicas institucionais, circunstanciais, e culturais diversas. Nesse sentido, pensamos em duas perspectivas centrais para entendermos essas relações e o papel da natureza do Novo Mundo entre elas. Na primeira perspectiva encontra-se uma idéia de natureza que se constrói a partir de conjunturas específicas do período e que se articula com as lógicas próprias da Companhia de Jesus. Assim, se a conjuntura política e econômica da segunda metade do século XVI apresentou-se extremamente desfavorável à Companhia de Jesus no contexto de conquista dos espaços coloniais, essa conjuntura levou a Companhia de Jesus a perceber essa natureza em perspectiva pragmática. Conhecer essa natureza e controlar seus segredos mais internos nos parece uma atitude elaborada por circunstâncias e necessidades urgentes dessa instituição. Nesse sentido, acreditamos que a Companhia de Jesus pensou a natureza do Novo Mundo como um instrumento de poder que, uma vez legitimado através do discurso que fazem sobre as gentes e sobre a terra, lhes conferia certa autoridade e legitimidade de suas atividades na colônia.

Tal perspectiva de entendimento não desconsidera, contudo que uma vontade de apropriar-se desse Novo Mundo não estivesse presente nas mentalidades européias. Nesse sentido, como resposta às inquietações, medos e pessimismos e ideologias da modernidade. Contudo, o que há de mais peculiar nessa postura da Companhia sobre a natureza é o tipo de apropriação que fazem. Enquanto a conquista do novo Mundo se

dava pela força das armas, pela ocupação territorial, ou seja, uma apropriação de sua materialidade, a Companhia de Jesus – muito possivelmente por sua excepcional lógica de entendimento do mundo material e imaterial – se empenhava em apropriar-se da imaterialidade dessa natureza, quer seja pela apropriação das almas do novo mundo em nome do ideal cristão ou das essências e segredos da fauna e da flora. Essa mesma idéia utilitária de natureza permitiu à Companhia de Jesus projetar elementos edênicos e pagãos nessa natureza como legitimação de suas atividades na colônia, representados na campanha exorcística da imoralidade e da violência, campanha que empreenderam desde seus primeiros olhares para o Novo Mundo.

A segunda perspectiva tomada nessa pesquisa, considera que a empresa de conquista da Capitania da Paraíba, representa uma conjuntura singular de elementos que possibilitaram uma sobreposição de idéias sobre a natureza que se modificaram no tempo das atividades militares e com a experiência cotidiana na Capitania. Assim, com a trajetória desastrosa dessa empresa e dentro das circunstâncias específicas da guerra, projetou-se uma idéia pessimista e negativa sobre essa natureza. Essa idéia, a partir da experiência cotidiana com o gentio, revestiu-se de concepções primitivas, próprias da cultura indígena americana, para entender as estranhezas e adversidades dessa natureza. Nesse sentido os pré-conceitos, os medos e as necessidades mais urgentes da conquista (espiritual e material) foram remetidos à lógica primitiva de natureza como realidade única, na qual aventureiros e padres lutaram suas guerras particulares na lógica de guerra do gentio, na lógica de mundo e de natureza do gentio. Acreditamos que nesse momento específico, principalmente nos últimos anos da conquista da Paraíba, o europeu não havia arrancado o indígena de seu tempo, mas que havia se projetado diretamente nesse tempo, com toda lógica mágica, animista e guerreira que lhe é própria.

Se no decorrer dos tempos o etnocentrismo desse europeu emergiu em suas percepções de um mundo conquistado e a natureza já desvelada da Capitania da Paraíba e sertão brasileiro perderam grande parte de sua essência mística e o animismo, essa foi uma consequência da aculturação da terra que se encerra no processo de ocidentalização empreendido pelas metrópoles em todo o período colonial. Contudo, na história da colonização do sertão brasileiro, com as lutas de resistência desde a chegada dos primeiros europeus, revela-se uma natureza ativa e influente nesse processo de conquista e que permitiu ou impôs representações propriamente americanas de espaço e de mundo.

**FONTES E BIBLIOGRAFIA**

ARNOLD, David: *La Naturezaleza como Problema Histórico, el médio, La cultura y La expansion de Europa*; México D.F, Fondo de Cultura Cultura Econômica 2000.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *Um leque que respira: a questão do objeto em história*. Natal: 2006. 16p. Avaliable from Word Wide Web <http://www.ccla.ufrn.br/ppgh/durval> Acesso em: 30 de Outubro de 2008.

GARDNER, Patrick, *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calauste Golbenriam, 1984.

HOLANDA, S. B. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000

LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

LOPES, Edward . “*Ler a diferença*”. In : BARROS, Diana L.P. de, *Os Discursos do Descobrimento*. São Paulo: Editora da USP; FAPESP, 2000

OLIVEIRA, Bernardo Jeferson de: *Francis Bacon e a Fundamentação da Ciência como tecnologia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

PORTO, Monteiro Maria Emilia: *O discurso do missionário: jesuítas e ocidentalização na Capitania do Rio Grande - 1597 – 1759*. Natal, Revista do IHGB.

RODRIGUES, José Honório de: *História da História do Brasil, historiografia colonial*. São Paulo: Ed Nacional, 1979.

SALE, Kirk Patrick. *A Conquista do Paraíso: Cristóvão Colombo e seu legado*, in: “o fim do mundo está próximo. Ed. Horge Zahar Editor. 1990.

SUMÁRIO das Armadas. Iris, Jornal Literário de José Feliciano de Castilho (Rio 1848-1849); e na Rev. do IHGB., v.36, pt.1, p 5-89, 1873.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.